

VANESSA NOLASCO FERREIRA

EM TEMPOS DE PACIFICAÇÃO, POR QUE A GUERRA?

um estudo sobre a subjetivação do processo de pacificação no Vidigal

Rio de Janeiro
2013

VANESSA NOLASCO FERREIRA

EM TEMPOS DE PACIFICAÇÃO, POR QUE A GUERRA?

um estudo sobre a subjetivação do processo de pacificação no Vidigal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política e Planejamento Urbano.

Orientadora: Soraya Silveira Simões

Rio de Janeiro
2013

VANESSA NOLASCO FERREIRA

EM TEMPOS DE PACIFICAÇÃO, POR QUE A GUERRA?

um estudo sobre a subjetivação do processo de pacificação no Vidigal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política e Planejamento Urbano.

Aprovada em:

Dr^a. Soraya Silveira Simões
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

*Aos moradores do Vidigal e Chácara do Céu que me ensinaram a resistir sem jamais perder a ternura.
Ao Fábio que, com muito carinho, ensinou-me a respeitar o outro lado.*

AGRADECIMENTOS

Aos moradores do Vidigal e Chácara do Céu que me acolheram em suas favelas, dividindo comigo suas angústias, vivências e experiências.

À Professora Dr^a. Soraya Simões que me acolheu durante o curso e no conturbado tempo da escrita.

Ao Rodrigo, Júlia e Débora que levei para muito além da pós-graduação, trouxe para a vida.

À Clarissa, Thaiane, Fernanda e Nayana com quem dividi muitas idas e voltas, com altas risadas.

Ao Corpo Docente do IPPUR que me ofereceu a oportunidade de aprender e apreender conceitos que, com certeza, levarei para minha vida e prática profissional.

Aos meus pais, Vanda e Evaristo, que além da vida, me deram, desde sempre, a criticidade e a teimosia que se transformam diariamente em insistência.

Aos meus irmãos, Daniel e Leandro, companheiros de vida.

A minha tia Eva, com quem divido a Psicopatologia da Vida Cotidiana.

Ao Joel Birman, que me possibilitou lidar com as maiores adversidades sem desistir jamais.

A tod@s meus amig@s pelo carinho, compreensão e amor que me permitem seguir em frente sempre.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo estudar a subjetivação do processo de pacificação na favela do Vidigal, localizada na cidade do Rio de Janeiro. A partir de uma observação *in situ* foi possível constatar que tal período vem sendo cercado por resistências dos habitantes para com a Unidade de Polícia Pacificadora e vice-versa. Como aporte teórico foram usadas as obras de Michel Foucault e o texto “Por que a guerra?”, de Sigmund Freud, à guisa de entendimento da situação. Foi possível concluir que no quadro da Teoria das Pulsões e da Microfísica do Poder a população ali residente entende a pacificação como exercício de uma violência simbólica semelhante ao controle das facções criminosas atuantes anteriormente.

Palavras-chave: Pacificação; UPPs; Segurança Pública; Subjetivação.

ABSTRACT

The present work aims to study the subjectivity of pacification process at Vidigal's slum, placed in Rio de Janeiro. From an *in situ* observation it was possible to find that the period referred has been crossed by resistance of the inhabitants towards de policy unity and from this organ towards the inhabitants. Were used as theoretical support the theories of Michel Foucault, and the text "Why the war?" written by Sigmund Freud in order to try to understand the situation. It was possible to conclude that according do Theory of Instincts an Microphysics of Power Vidigal's population understand the pacification process as a symbolic violence similar to the control of drug dealers who used to dominate de slum earlier.

Keywords: Pacification; UPPS; Public Security; Subjectivity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pichação no Sub-bairro 314 (Vidigal).....	p. 25
--	-------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP – Área Integrada de Segurança Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPP – Instituto Pereira Passos

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

SEASDH – Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS LUGARES DA POBREZA X O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA ...	13
2.1 A militarização da pobreza: do problema da segurança pública ao paradigma das UPPs	15
2.2 Os Programas Sociais para territórios pacificados: garantia de políticas públicas?	19
3 “PACIFICA FOI FÁCIL, QUERO VER DOMINAR”: A SUBJETIVAÇÃO DA PACIFICAÇÃO NO VIDIGAL.....	24
3.1 Caracterização Histórica e Demográfica do Vidigal.....	24
3.2 A UPP Vidigal	26
3.3 Dois episódios emblemáticos: a subjetivação da pacificação pela resistência?	30
3.3.1 “Quem manda [...] sou eu”: o episódio do moto taxi.....	32
3.3.2 Um tapa, uma prisão e uma mobilização: o episódio da quadra.....	33
4 EM TEMPOS DE PACIFICAÇÃO, “POR QUE A GUERRA?”	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A proposição da presente monografia nasceu da conjunção entre meu trabalho como Gestora Social na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) do Rio de Janeiro e a Especialização em Pesquisa e Planejamento Urbano no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O cargo de Gestor Social foi criado com vistas a promover a implementação de políticas públicas em favelas pacificadas ou em processo de pacificação¹. A atuação possuía como objetivo implementação, gestão, supervisão, monitoramento e avaliação de projetos; apoio Interinstitucional a projetos referentes à Atenção Primária em Saúde, políticas de proteção social para juventude, e educação básica; realização de escuta qualificada e Diagnóstico Social permanente; articulação e interlocução com parceiros privados e todas as esferas de governo; fortalecimento de iniciativas locais; e elaboração de relatórios mensais, ofícios e termos de referência.

Em janeiro de 2011 fui aprovada na seleção pública realizada pela SEASDH em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo sido convocada em novembro do referido ano. Em janeiro de 2012, após treinamento, assumi a gestão do conjunto de favelas do Macacos – Vila Isabel. Fui transferida no mês seguinte a fim de exercer minha função no Vidigal e Chácara do Céu, um mês e onze dias após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em 18 de fevereiro de 2012.

Após mais de um ano de trabalho nesses territórios foi possível observar uma dinâmica de resistências², tanto dos moradores para com a UPP, como o inverso. O que trazia um clima de conflito velado entre a entidade que chegava ao Vidigal e os sujeitos que ali habitavam.

¹ Paradigma que engloba localidades que receberam ou estão em processo de recepção das Unidades de Polícia Pacificadora, novo paradigma da segurança pública que ocupa exclusivamente as favelas. Possuem como objetivo em seu modelo policial: devolver ao Estado o controle territorial das comunidades sob influência de facções criminosas, assim como garantir o desenvolvimento da cidadania e acabar com a lógica de conflitos urbanos no estado do Rio de Janeiro. (Documento Planejamento e estratégia de implementação das UPP's, apresentado no 1º. Seminário sobre Unidades de Polícia pacificadoras, em abril de 2010. SSPIO/SESEG).

² No sentido foucaultiano do termo, dizendo respeito às lutas contra o aparato de técnicas e procedimentos que “têm o objetivo explícito de conhecer e controlar a vida subjetiva de cada um dos membros submetidos aos seus campos de ação” (BRANCO, 2001, p.246)

Desse contexto, nasceu o trabalho e seu título, inspirado no texto “Por que a guerra?” escrito por Sigmund Freud em 1932/33 em resposta a uma carta de Albert Einstein às vésperas das invasões nazistas à Áustria. No referido texto estão contidas três questões centrais: “Como os mecanismos de poder conseguem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de sacrificarem suas vidas?”; “É possível controlar a evolução da mente do homem de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?”; e “o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição e que esse estado de paixão pode ser elevado à potência de psicose coletiva e que só um especialista na ciência dos instintos humanos pode resolver?”.

O objetivo desse trabalho de conclusão de curso foi estudar a subjetivação dos moradores do Vidigal frente ao processo de pacificação à luz do texto “Por que a Guerra?”. Para além disso, fez-se necessário contextualizar a favela e o processo de pacificação, a fim de descrever e analisar situações específicas ocorridas no Vidigal, com vistas a fornecer compreensão acerca do processo de subjetivação. Por fim, realizou-se a análise da situação ante ao texto escolhido.

A pesquisa, a partir do exposto, se organizou com a apresentação da favela enquanto lugar da miséria e da exclusão, do conceito de militarização da pobreza proposto por Silva, Leite e Fridman (2006), incluindo o paradigma da pacificação e das UPPs, além da apresentação dos programas sociais para territórios pacificados ou em processos de pacificação.

O segundo Capítulo 2 versa sobre a resistência entre moradores e unidade de polícia e vice-versa, narrando duas situações reais a partir da observação *in situ* realizada por mim desde o ano de 2012.

Na terceira seção são tratadas as situações narradas à luz do texto “Por que a Guerra?”, o qual constitui um estudo à luz da Teoria das Pulsões, principalmente, a partir do conceito advindo de Thanatos ou Pulsão de Morte. É abordada também a civilização como processo de renúncia das pulsões e os meios encontrados para convivência neste novo paradigma.

2 OS LUGARES DA POBREZA X O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Aos 44 anos, eu fui pacificada, mas nunca soube que era violenta, eu só sempre fui pobre. (Moradora em Seminário sobre a Pacificação).

A favela é descrita como "território da violência, como lugar de todas as ilegalidades, como bolsão da pobreza e da exclusão social" (VALLADARES, 2005, p.20). No caso da cidade do Rio de Janeiro, a pobreza e a miséria possuem essa disposição geográfica específica. O termo surgiu com o Morro da Providência, chamado de Morro da Favela que, a partir de 1897, recebeu os militares de baixa patente advindos da Guerra de Canudos. A progressão de tais espaços deveu-se a destruição dos cortiços e a necessidade dos moradores se manterem próximos aos seus locais de trabalho. É daí que surgem, principalmente, as primeiras favelas no centro da cidade (ABREU, 1997).

Esses espaços passam por intervenção de políticas públicas desde a década de 1940, tentando-se implementar medidas de remoção, o que culminou na criação de alguns conjuntos habitacionais e parques proletários como a Cruzada São Sebastião, e de urbanização, que tem como seu maior expoente o Favela-Bairro, criado pelo Governo César Maia em 1993, o Morar Carioca e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, em curso atualmente.

As descrições que se tem da favela são múltiplas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) as definem como:

Aglomerado subnormal (favelas e similares): Conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando – ou tendo ocupado – até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular); dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais.

Já para a cidade do Rio de Janeiro são:

a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais. (Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992 (Plano Diretor Rio de Janeiro)).

Na revisão de seu Plano Diretor, na figura da Lei nº 111 de 01 de fevereiro de 2011, artigo 234, parágrafo terceiro, (re)define esses espaços enquanto:

área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes.

Há concordância quanto ao fato da favela ser o lugar, por excelência, que abriga uma população em situação econômica frágil. Em consonância com o fato de que “é reconhecido que em qualquer sociedade a pobreza, enquanto reflexo da apropriação de um rendimento econômico que não é capaz de satisfazer as necessidades mínimas para a sobrevivência da família, associa-se às piores condições de saúde e nutrição.” (ASSIS, 2007, p.2344-45)

No entanto não há uma definição única, aclamada pela maioria dos autores, “grande parte deve ser tributada à ausência de um marco teórico que possa explicar compreensível e satisfatoriamente a pobreza nas suas múltiplas manifestações” (ROMÃO, 1993, p.6). O Brasil ainda possui 16,2 milhões de pessoas no estado de extrema pobreza vivendo com menos de R\$70 per capita. Do total dessa parcela, 17% encontram-se na Região Sudeste, sendo que 2.144.624 pessoas estão nos centros urbanos (IBGE, Dados do Censo 2010)

O censo 2010³ revelou que 11.425.644 pessoas ou 6% da população brasileira vivem em favelas ou aglomerados subnormais, como aparecem na classificação. No Rio de Janeiro, 1.393.314 pessoas residem nas favelas. Assim, se constitui como a cidade brasileira com o maior número absoluto de pessoas residindo nessas condições. São ao todo 426.965 mil domicílios nos ditos aglomerados subnormais, o que totaliza 19,89% dos domicílios da cidade.

Os dados do censo revelam o seguinte perfil: de 84% dos pesquisados com mais de 10 anos são alfabetizados, 690.366 pessoas são pardas, e há quase o dobro de brancos (461.284) em relação aos pretos (227.148). Assim, como ocorre no país, no Rio de Janeiro, a maioria dos habitantes de favelas são do sexo feminino, são ao todo 713.782 mulheres e 679.532 homens.

No que concerne à condição de vida desses moradores, os dados recentes apontam que 74% vivem com até um salário mínimo. O que significa que, em média,

³ Site do IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/guia_do_censo_2010_glossario.php. Acessado em 21/05/2013

a maioria das famílias que vivem em favela tem uma renda per capita máxima de aproximadamente R\$188,49⁴.

Tais dados corroboram para o fato de que na cidade do Rio de Janeiro, a pobreza se concentra em uma área social e demográfica específica: a favela. Outra particularidade relacionada a essa metrópole refere-se ao fato de que os seus habitantes sofrem “Uma associação direta e perversa [que] os rotula de bandidos ou quase bandidos por ocuparem todos os mesmos territórios da pobreza e da vulnerabilidade social” (SILVA, LEITE e FRIDMAN, 2005, p.3).

Aliado a esse contexto, conforme os autores supracitados há a reorientação do debate político e acadêmico, a partir da ditadura militar, que leva a questão do desenvolvimento das políticas sociais para se pensar a questão da pobreza quase exclusivamente no âmbito jurídico e da segurança pública. O que corrobora para o desenvolvimento de uma política de segurança desvinculada da temática do desenvolvimento econômico. Isso leva à rotulação desse espaço da cidade como sendo o do problema da Segurança Pública e da violência.

2.1 A militarização da pobreza: do problema da segurança pública ao paradigma das UPPs

No caso do Rio de Janeiro, a progressão das questões (...) trouxe em seu bojo uma articulação indissociável entre o “problema da segurança pública” e o problema das favelas. Essa combinação expressa com a nitidez da exemplaridade, a ligação mais genérica presente em todas as cidades brasileiras entre o “problema da segurança pública” e os territórios da pobreza. (Silva, Leite e Fridman, 2005, p.28)

Nessa questão, vale destacar que a partir do Governo Brizola surge a tese de que “a ordem social nas periferias e favelas era mantida, não mais pelo Estado, e sim, pelo crime organizado, e a suspeita da existência de ‘ligações perigosas’ entre o universo popular, o mundo do crime e o governo” (RODRIGUES, 1995, P.22). Essa compreensão tendeu a se generalizar sob a crença fortemente estruturada, relativa a ausência das ações do estado nas favelas e demais territórios da pobreza. O que disseminou um paradigma do qual o próprio Estado passa a acreditar ser verdade.

⁴ Levando-se em conta a média do IBGE de 3,3 pessoas por família.

Não há espaço, assim, para a formulação de políticas de segurança articuladas a um debate mais amplo que as insira no quadro das relações entre cidadania e desenvolvimento. O “problema da segurança pública” está estruturado a partir de pressupostos e preconceitos que restringem as propostas de intervenção ao aprofundamento e racionalização dos meios de repressão. Nas raras vezes em que entra o tema da cidadania, por meio da discussão de políticas sociais, elas são pensadas de modo reducionista e instrumental, isto é, como formas de salvar moralmente, ou (re)civilizar, as classes populares (especialmente sua juventude), construindo barreiras contra a participação em atividades criminais. Em outras palavras, as políticas sociais passam a ser compreendidas e formuladas como políticas de segurança – meras formas de controle social focadas na pobreza. É o que Moraes (2005) denomina de “policialização das políticas sociais”. (SILVA, LEITE e FRIDMAN, 2005, p.28)

O que acontece, a partir do exposto, é que com a “superposição do ‘problema da segurança pública’” (SILVA, LEITE e FRIDMAN, 2005, p.28) aos problemas sociais nas favelas há a territorialização, no sentido militar do termo. Com isso, as políticas que se dirigem a grupos sociais específicos são de contensão e segurança pública, e esse extrato social acaba por ser considerado criminoso e perigoso.

Fecha-se, assim, o círculo de ferro que redesenha o espaço urbano segundo a lógica do medo e a metáfora da guerra: de um lado, os “comandos” ligados à economia das drogas defendendo pela força suas áreas de atuação; de outro, as instituições policiais ignorando as fronteiras históricas dos locais de moradia da população pobre, e impondo a definição dos “complexos” de favelas; e finalmente políticas sociais “policializadas”, focadas nessas novas representações da cidade. Em uma situação como essa, de esgarçamento da sociabilidade com o correspondente recuo da esfera pública, e uma opinião pública cujo horizonte se resume a demandas por ordem a qualquer custo, só um milagre poderia produzir uma ação coletiva densa e politicamente forte (SILVA, LEITE e FRIDMAN, 2005, p.28)

Ainda sobre a configuração das áreas de pobreza do Rio de Janeiro é inferido que:

Algumas características da violência do Rio de Janeiro, únicas no cenário nacional e raras no contexto internacional, pela presença de grupos criminosos armados controlando amplos territórios urbanos por mais de duas décadas, justificaram a definição de objetivos bastante específicos para a intervenção policial que se desenvolveu a partir de 2007, com a criação das Unidades de Polícia Pacificadoras, as UPPs. (HENRIQUES e RAMOS, 2011, p.1-2)

As Unidades de Polícia Pacificadoras, novo paradigma da segurança pública que ocupa exclusivamente as favelas, tem como objetivo em seu modelo policial: devolver ao Estado o controle territorial das comunidades sob influência de facções

criminosas, assim como garantir o desenvolvimento da cidadania e acabar com a lógica de conflitos urbanos no estado do Rio de Janeiro⁵.

Ainda conforme o documento supracitado, não se constitui como objetivo dessas unidades de polícia: extinguir o tráfico de drogas, a criminalidade; tornar essa uma solução para todas as comunidades no sentido de resolver questões socioeconômicas.

Nesse sentido, as UPPs são também uma experiência de “pacificação” da própria polícia e não deixam de representar um caminho possível, ainda que parcial, de realização da reforma policial obrigatória em experiências bem sucedidas de controle da criminalidade violenta em centros urbanos fortemente afetados pela violência. Se as UPPs têm por objetivo a retomada de determinadas áreas, e portanto o programa tem o compromisso de gerar efeitos locais, o fato é que seu efeito geral diz respeito à capacidade de o Estado retomar o monopólio do uso legítimo da força em toda sua extensão territorial. Esse resultado secundário das UPPs não é desprezível, se considerarmos que a polícia é, não a única, mas uma variável central para explicar por que a criminalidade no Rio de Janeiro adquiriu a configuração tão peculiar que o caracteriza e por que persistiu nela por tanto tempo. (HENRIQUES e RAMOS, 2011, p. 2-3)

Silva (2010) elucida que as UPPs têm consistentes indicativos de sucesso, por exemplo, a apresentação de resultados bons com base em indicadores confiáveis, o menor índice de violência policial e o aumento da sensação de segurança dos habitantes diretamente impactados pelas mesmas. Entretanto chama atenção para o fato que:

O que sustenta o entusiasmo acrítico com as UPPs é a esperança de uma cidade calma e serena, que é o outro lado do medo do vizinho que há décadas nos assola a todos. Infelizmente, esta expectativa é um mito inatingível que pode por a perder a própria experiência das UPPs. (SILVA, 2010, p. 1 [grifo do autor])

De acordo com o mesmo, as UPPs nascem da “truculência retórica” (p.1) às classes pobres que tiveram seu cuidado militarizado, substituindo o conceito de operação – curto e violento – pelo conceito de pacificação – processo de longo prazo. Ressalta que, indubitavelmente, há mudança no “procedimento na orientação oficial” (p.2). No entanto, considera que a generalização, e não universalização, desse novo paradigma de segurança pública resulta em “uma dimensão de reforço à secular dualização da cidade, que deu margem ao título do conhecido livro de Zuenir

⁵ Documento Planejamento e estratégia de implementação das UPP's, apresentado no 1º. Seminário sobre Unidades de Polícia Pacificadoras, em abril de 2010. SSPIO/SESEG.

Ventura, ‘Cidade Partida’” (SILVA, 2010, p.2). Assim, pode-se inferir que a questão não está nas unidades de polícia em si, mas na dualização da cidade e a consequente fragmentação das políticas públicas.

Essa dualização e fragmentação estão inclusive no âmbito dos bolsões da pobreza, visto que das 32 UPPs instaladas até agora⁶, metade (16) encontra-se no eixo Zona Sul, Grande Tijuca, havendo apenas 2 na Zona Oeste – Cidade de Deus e Batan – e o restante, que está na Zona Norte, localiza-se ao longo de vias estratégicas para a cidade do Rio de Janeiro, como a Avenida Brasil. Ainda no tocante a esse fato, essas não são as áreas com os maiores bolsões de pobreza e violência da cidade do Rio de Janeiro e nem do Estado, as quais estão na Zona Oeste da Cidade e Baixada Fluminense, de acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP)⁷, órgão da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG).

De qualquer maneira, e sem adotar uma postura cínica, considero possível que o simples deslocamento das atividades criminais para regiões mais recônditas da cidade, associado à discrição no uso de armas pelos criminosos que permanecerem atuando nas áreas nobres, venha a reduzir o sentimento generalizado de medo e insegurança. Afinal de contas, altas taxas de crime e violência (criminal e policial) estão longe de ser uma novidade no Rio de Janeiro; o que é recente de duas ou três décadas é que isso deixou de ser intersticial, passando a atingir regiões nobres, tornando-se uma verdadeira obsessão nas conversas cotidianas e um tópico do debate público. (SILVA, 2010, p. 3)

Para o autor, as UPPs constituem apenas uma pequena parte de “projetos conjunturais de governo” (p. 4), necessitando de programas de inclusão social que resolvam o problema da pobreza sem sua militarização e a tratem a nível de cidadania. “Desse modo, não é possível pensar em políticas de inclusão social sem, imediatamente, focalizar reivindicações ou, pelo menos, expectativas, que são reivindicações implícitas e/ou inorgânicas” (SILVA, 2010, p. 4).

É nesse contexto de pobreza, violência e um novo paradigma da segurança pública que surgem dois programas de inclusão social para os territórios pacificados um municipal e outro estatal, e é sobre esse processo que trata o texto a seguir.

⁶ Santa Marta, Chapéu Mangueira, Babilônia, Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, Tabajaras e Cabritos, Escondidinho e Prazeres, Rocinha, Vidigal e Chácara do Céu, Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano, São João, Matriz e Quieto, Macacos, Coroa, Fallet e Fogueteiro, Mangueira e Tuiuti, Nova Brasília, Adeus e Baiana, Alemão e Pedra do Sapo, Chatuba, Fé e Sereno, Parque Proletário, Vila Cruzeiro, Jacarezinho, Manguinhos, Barreira/Tuiuti, Caju, Cidade de Deus, Batan, Providência e São Carlos. Fonte: <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acessado em 21 de abril de 2013.

⁷ <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=150>

2.2 Os Programas Sociais para territórios pacificados: garantia de políticas públicas?

O primeiro programa social para áreas pacificadas ou em processo de pacificação, foi denominado Programa UPP Social, criado pelo Governo Estadual através do decreto no 42.727 de 30 de novembro de 2010, publicado no Diário Oficial de 1º de dezembro deste mesmo ano, no âmbito da Subsecretaria de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (SDPDH) da SEASDH, vinculado à Superintendência de Territórios. (HENRIQUES e RAMOS, 2010)

Sua criação deu-se de forma diretamente ligada à implantação das UPPs, em reconhecimento de que a atuação dos agentes de segurança pública, ainda que seja condição necessária no contexto dos locais em que foram implantadas, não é suficiente para garantir o desenvolvimento social da população dos territórios em questão. Assim, o programa destinava-se a “coordenar ações sociais, culturais e ambientais” (HENRIQUES e RAMOS, 2010, p.1) e foi estruturado no âmbito da SEASDH.

A formulação desse programa surge a partir do pressuposto de que ações sociais devem ser desenvolvidas em consonância com as ações policiais que ocorrem nos territórios conflagrados pela violência, que no caso do Rio de Janeiro, são massivamente representados por favelas. Ainda conforme seus criadores, optou-se por uma linha de atuação que consolidasse o processo de pacificação e não tivesse como principal enfoque o combate à pobreza e desigualdade.

Tal opção incide nas ideias formuladas por Silva, Leite e Fridman (2005) que abordam a temática do desenvolvimento socioeconômico a partir de políticas de segurança pública. Tal fato fica claro, inclusive, pela admissão, dos criadores do programa, de que ele funcionaria em coordenação com os objetivos das ações policiais, dando sustentação ao processo de pacificação.

Desta forma, a UPP Social foi concebida para se encerrar uma vez que a pacificação esteja consolidada e a situação de exceção que caracteriza o território tenha sido superada. Em outras palavras, o “alvo” final que se pretende atingir é que uma favela estará pronta para funcionar como qualquer outro bairro da cidade – mesmo que um bairro mais pobre que seu entorno – quando a redução do efetivo policial não resultar na volta de gangues armadas que vão controlar a vida da coletividades (Henriques e Ramos, 2011, p.3)¹⁵

Em função da ida do subsecretário Ricardo Henriques para o Instituto Pereira Passos (IPP), regulamentou-se na SEASDH um programa substitutivo ao UPP Social. A nova denominação foi Programa de Gestão Social Territórios da Paz (PGSTP).

Para além da mudança do nome, houve a mudança no objetivo e no direcionamento do programa, que envolve a forma de articulação entre a equipe de gestão e os atores locais e as instituições envolvidas (públicas, privadas e civis), como também o fortalecimento da rede local de forma que a população adquira maior capacidade de participação e intervenção nas políticas públicas e ações voltadas para o seu território. (Projeto Programa Territórios da Paz, 2011)

O papel de uma gestão social local não é, a partir desta perspectiva, a de exercer um comando ou controlar a sociedade, mas a de possibilitar com que todas as camadas e coetaneidades sociais façam e gerem políticas para o público, para si e para a transformação de si e do outro (Projeto Programa de Gestão Social Territórios da Paz, 2001 – MIMEO)

Assim, o PGSTP apresenta como objetivo fomentar o desenvolvimento social local fornecer suporte às ações de promoção da cidadania que ali já existirem, acompanhar a entrada de iniciativas, tanto públicas, como privadas.

Especificamente, há que se realizar o mapeamento dessas áreas, no que diz respeito aos aparelhos públicos e/ou privados ali instalados. Além disso, é imprescindível potencializar, monitorar, orientar, facilitar e integrar as ações existentes. Para além das ações já desenvolvidas, a promoção e a coordenação de fóruns e eventos locais é um elemento facilitador no atendimento as demandas dos atores sócias envolvidos, sistematizando assim, as ofertas das instituições públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do território. Ainda fazem parte dos objetivos do programa, o fomento e facilitação da formação de comitês de desenvolvimento local e o fortalecimento político da população local.

O Programa foi estruturado a partir de eixos norteadores, com seus respectivos componentes e ações a serem desenvolvidos. Os eixos norteadores são os sentidos dos processos de trabalho que, atravessados por suas dimensões e princípios, orientam as ações das equipes nos seus territórios, sendo eles:

- Escuta Qualificada – Levantar demandas locais a partir de escutas qualificadas de moradores e demais agentes permanentes/circulantes que sejam importantes no contexto comunitário;

- Diagnóstico Social Permanente – O conjunto do trabalho das equipes de gestão local dos territórios dá-se como uma ação de diagnóstico social em permanente construção, num processo contínuo e ininterrupto. Entendemos que este se faz a partir de uma práxis cotidiana no território, em que instituições, atores coletivos e/ou individuais apontam as principais demandas locais apontadas, tal como uma discussão coletiva destas, buscando desenhar um panorama-diagnóstico geral destas. Este diagnóstico, uma vez realizado, gerará encaminhamentos que a esse panorama serão articulados, trazendo propostas resolutivas, cujos efeitos continuarão em permanente avaliação com a população. Entende-se que o diagnóstico social desse modo está em constante revisão;
- Articulação e Interlocução – Promover o contato e a articulação entre os atores locais e as entidades e instituições (estatais, não-governamentais, privadas) que possam contribuir para o atendimento das demandas apresentadas pela comunidade, sendo as equipes, interlocutoras do Estado junto à comunidade;
- Fortalecimento das iniciativas locais – Fortalecer não apenas os agentes isolados, mas as redes locais de forma integral, visando assegurar que a população tenha maior capacidade de participar e intervir nas políticas públicas/ações privadas implantadas nas comunidades (Projeto Programa de Gestão Social Territórios da Paz, 2011 - MIMEO)

Os eixos norteadores possuem como princípio a **participação** e a **horizontalidade** que perpassam todos os processos de trabalho. A participação dos atores sociais locais e equipe de gestão permitem a discussão contínua e permanente sobre os conceitos de pacificação e as medidas adotadas no sentido de transformar as comunidades que convivem com as estruturas do tráfico por décadas. A participação coletiva possibilita a horizontalidade das discussões, decisões e encaminhamentos, a partir do que existe nas comunidades, assim como o envolvimento horizontal das relações entre poder público e sociedade interessada em participar.

As estratégias e matrizes operacionais adotadas pelas equipes de Gestão Social em atuação no programa seguem o princípio da autonomia gerencial (dentro de uma única matriz estrutural institucional da Superintendência de Territórios, que determina o formato de atuação “padrão” das equipes). A autonomia faz-se necessária uma vez que há diferenças geográficas, topográficas, políticas, sociais, administrativas e históricas em cada um dos territórios abrangidos pelo programa, e necessariamente cada um deles deverá ter um tipo de atenção no campo da Assistência Social e dos Direitos Humanos. Esta atenção, traduzida em ações como a implantação de programas e projetos, sejam através de parcerias com outros agentes públicos ou privados, deverá contemplar e privilegiar as diferenças existentes, garantindo que estas sejam trabalhadas e compreendidas de forma produtiva, proativa, transformadora (Projeto Programa de Gestão Social Territórios da Paz, 2011 - MIMEO).

A metodologia utilizada também propõe a conjugação entre autonomia gerencial e a utilização de vetores (padrões) de ação no território que se constituem de: (a) preparação para entrada no território; (b) entrada e atuação no território; (c) produtos da Equipe de Gestão Local. O primeiro preceito está relacionado ao levantamento do material existente sobre o território, com informações detalhadas sobre o contexto em que ele está inserido, o que inclui tanto trabalhos acadêmicos quanto dados oficiais e extraoficiais disponíveis. Os atores sociais públicos e privados significativos que atuam dentro do território, também são mapeados. Esse material visa dar suporte às primeiras ações no campo. (Projeto Programa de Gestão Social Territórios da Paz, 2011 - MIMEO)

O segundo preceito, conforme o documento supracitado, é a entrada no território, se caracteriza pelo mapeamento, in loco, de atores, instituições (pública, privadas, governamentais ou não) e os atores sociais significativos que ali atuam. Há dois desdobramentos desse mapeamento. O primeiro deles é o Ecomapa, que se constitui no mapeamento das relações e influências entre os atores locais. O segundo é o Mapa Falante, que deve conter as descrições dos locais e dos atores referenciados. Segue-se a isso o levantamento e, posterior encaminhamento de demandas, com a definição de prioridades e o encaminhamento e monitoramento dos seus desdobramentos, resolutivos ou não.

O terceiro pressuposto do programa se caracteriza pelos produtos da atuação da Equipe de Gestão Local, que são apresentados através dos relatórios de atividades, do mapeamento periódico de redes e instituições locais e a da elaboração do Planejamento Estratégico de Ações Locais. (Projeto Programa de Gestão Social Territórios da Paz, 2011 - MIMEO)

O PGSTP, que se encontra em processo de regulamentação na SEASDH, conforme apontado anteriormente, conta com 15 gestores e 22 assistentes de gestão e atua nos seguintes territórios pacificados: Andaraí, Borel e Comunidades Vinculadas, Complexo do Alemão, Salgueiro e Coréia, Complexo do Turano e Paula Ramos, Formiga, Complexo de São Carlos e Santa Teresa, Providência, Chapéu Mangueira e Babilônia, Pavão / Pavãozinho / Cantagalo, Vidigal e Chácara do Céu, Tabajaras e Cabritos, Santa Marta, Rocinha, Cidade de Deus e Batan.

A apresentação dos programas UPP Social e Gestão social local territórios da paz possibilita visualizar as diferenças entre seus objetivos, bem como captar a preocupação do último em transformar os atores sociais dos territórios em porta-

vozes das políticas públicas que a lhes são direcionadas, bem como atingir a um dos objetivos da SEASDH: viabilizar a erradicação da pobreza a promoção da dignidade e dos direitos humanos.

A partir do exposto houve a possibilidade de entendimento do contexto global dentro do qual o processo de subjetivação da pacificação pelos moradores do Vidigal está imerso. Além disso, é possível notar a conjunção de forças em que se instala o processo de pacificação. Devido ao fato deste processo ainda estar em um movimento fervilhante, não há como dar um fecho ao texto.

No entanto é possível destacar que a pacificação, apesar de atingir uma parcela ainda pequena da população carioca, traz em seu bojo discussões que remetem à militarização da pobreza, como apontaram Silva, Leite e Fridman (2010), a vida sob cerco, a discussão de noções de cidadania e o questionamento quanto para que e para quem se destina o referido movimento.

À seguir, o trabalho toma um rumo mais específico com vistas a atingir o objetivo proposto durante à introdução, são descritos os processos pelos quais o território do Vidigal passou desde a instalação da UPP e discutidos os processos de resistência dos moradores e lideranças comunitárias ao novo paradigma, bem como o inverso.

3 “PACIFICA FOI FÁCIL, QUERO VER DOMINAR”: A SUBJETIVAÇÃO DA PACIFICAÇÃO NO VIDIGAL

A figura a seguir, que nomeia o referido capítulo, foi tirada por um MC em minha máquina fotográfica enquanto caminhávamos pelo 314 ou Catorze, sub-bairro do Vidigal historicamente conhecido por sua resistência ao processo de remoção, a qual ganhou notoriedade com a vinda do Papa João Paulo II em 1980. A mesma também retrata uma resistência velada à forma com que as ações da UPP têm sido conduzidas. E é isso que é abordado durante essa seção



Figura 1 – Pichação no Sub-bairro 314 (Vidigal)

3.1 Caracterização Histórica e Demográfica do Vidigal

De acordo com o IBGE o Vidigal possui 9.678 moradores, cerca de 3.360 domicílios (Censo Demográfico 2010). A favela localiza-se na Avenida Niemeyer, na Zona Sul do Rio de Janeiro. De acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP)⁸:

⁸ Disponível em: <http://uppsocial.org/territorios/vidigal/> . Acesso: 21 abr. 2013.

Os primeiros moradores ocuparam a região na década de 1940. A comunidade ganhou esse nome por causa do major Miguel Nunes Vidigal, comandante, no século XIX, da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte, que recebeu dos monges beneditinos o terreno ao lado do Morro Dois Irmãos.

Os moradores gostam de descrever o lugar como uma favela de resistência, “mas resistência pacífica”, conforme um líder comunitário. Para eles a permanência nesse nobre pedaço da Zona Sul do Rio de Janeiro, entre os bairros do Leblon e São Conrado deveu-se a uma luta histórica que contou com a ajuda da Pastoral das Favelas e dos juristas Sobral Pinto e Bento Rubião, que advogaram em favor da permanência da favela em seu local de origem.

Um marco dessa resistência, apontado pelos moradores durante a visita de delegações na Rio +20, é a Capela São Francisco de Assis, que “foi visitada pelo Papa João Paulo II em 1980 e onde o mesmo presenteou a comunidade com seu anel, simbolizando a resistência dos moradores que se negaram a serem removidos da comunidade que construíram” (Projeto Arrastão Cultural Sustentável, p.7).

Além disto, o Vidigal também é conhecido por ser um celeiro cultural do Rio de Janeiro. Vários moradores atribuem essa característica por no Bairro do Vidigal, que atualmente é a parte à direita da Praça dos Direitos Humanos, ter sido a residência de personagens da cultura brasileira como Elis Regina e Gal Costa. Ainda hoje, personagens da cultura mantêm casas na Estrada do Vidigal e um relacionamento bastante estreito com a comunidade.

Estas memórias foram extraídos de meu diário de campo, mais especificamente nas reuniões de preparação do Projeto da Rio +20, as quais estavam presentes sistematicamente 32 líderes comunitários que aproveitavam o momento para contar a nós, *outsiders*, a história do lugar em que viviam e que muitos haviam construídos.

Esse pequeno trecho contendo algumas memórias remete a Halbwachs (2006) que defende que as últimas não se caracterizam como um fenômeno individual, mas na sociedade em que estão contidas, através dos diversos grupos que a compõe. E isso se dá na porque os indivíduos precisam utilizar convenções sociais que não são criadas por eles – afinal, “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” – e também

de outras pessoas que possam legitimar suas próprias recordações – “para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras” (HALBWACHS, 2006, p. 72)

É possível ver, através da definição histórica dada pelos moradores do Vidigal, que os fatos narrados estão conectados a seus suportes sociais ou aos quadros sociais da memória, como define o referido autor ao incorporar a lógica grupal onde toda história guarda em si a representação de um passado, o qual só adquire significado se puder ser correlacionado com o lado pessoal. O que aconteceu com os moradores ao falarem de suas experiências e histórias, muitas das vezes, ressignificando-as em detalhes que não estavam contidos em livros ou documentos oficiais.

Na sequência é abordada a caracterização da UPP Vidigal que passa a fazer parte dos quadros sociais da memória da favela, para no item 1.3, ser discutida a relação de resistência velada entre moradores e UPP.

3.2 A UPP Vidigal

De acordo com a SESEG a UPP Vidigal foi inaugurada em 18 de janeiro de 2012 e beneficia cerca de 30 mil moradores, se contabilizados os residentes no Vidigal e seu entorno. A unidade conta com 246 policiais e está localizada no antigo prédio do POUSO, pertencente à prefeitura do Rio de Janeiro. Há além da base principal, três bases de apoio, na Estrada do Vidigal (entrada do morro), no Sobradinho (parte mais alta) e na Chácara do Céu, outra favela, mas que se encontra na mesma área de UPP.⁹

Um dado interessante é que essa unidade é a única que possuía, até pouco tempo, em seu comando um antigo morador. O Subcomandante da unidade nasceu e foi criado no território, tendo se mudado no ano de 2007 quando tornou-se oficial da Polícia e Militar e se casou¹⁰. O mesmo, sempre muito acessível às demandas dos moradores e também das instituições governamentais ou não que lá atuavam, relatou, após quatro meses de instalação da UPP, ter dificuldades em realizar seu

⁹ Informações obtidas no site UPP: Unidade de Polícia Pacificadora <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/ficha-tecnica-upp-vidigal/Vidigal>. Acesso: 21 abr. 2013.

¹⁰ Esta posição consta aqui porque encontra-se pública na página que a SESEG mantém com dados das UPPs.

trabalho por conhecer a todos. Durante muitas vezes pude presenciar os moradores lhe tratando pelo apelido e não por sua patente.

Os policiais da Unidade de Polícia Pacificadora sempre ressaltavam que o que dificultava o trabalho era o fato dos moradores não entenderem qual era o trabalho da polícia, não saberem que ela estava ali para cuidar da segurança e, por isso, precisava andar armada. Certa vez após eu questioná-los por qual motivo, enquanto eu e uma assistente conversávamos com quatro moradoras na localidade conhecida como Beco da Fome, termos sido abordadas por quatro policiais portando três fuzis e uma pistola, foi nos dito: “em um beco pode se encontrar qualquer coisa, por isso se anda com a arma em punho”. Contexto que remete a uma formação não só policial, mas cidadã, que entende que aqueles que moram nos bolsões de pobreza são potenciais foras da lei.

O comandante, o mesmo desde a instalação da UPP, tinha como hábito enviar o subcomandante para eventos públicos ou que envolviam moradores. Ele afirmou por várias vezes que a ligação da população era maior com o Tenente e que isso facilitava sua vida. Durante mais de um ano trabalhando no referido território, foram poucas as reuniões em que o comandante participou, todas solicitadas por mim, após incidentes envolvendo UPP e moradores. No que concerne à participação em eventos da comunidade, nunca presenciei um único, não organizado pela polícia, em que ele estivesse.

É de destaque que a constituição atual do comando foi modificada há menos de um mês, o subcomandante foi trocado, não sendo mais aquele que possuía vínculos com a comunidade. No entanto, não há informações quanto ao motivo da substituição, apenas a apresentação de um novo Tenente no Café Comunitário do mês de abril de 2013, ocorrido 23º Batalhão de Polícia Militar.

Era mais do que comum presenciar moradores classificando a UPP como o novo Dono [do morro] – nomenclatura comumente utilizada para definir o traficante que comandava determinado território. Certa vez, lideranças definiram a relação que tinham com a UPP com a mesma que tinham com o tráfico, como se pode ver no trecho

Aqui é eles na deles [UPP] e agente na nossa, como era antigamente quando eles [o tráfico] mandavam aqui. No Vidigal nunca houve um tráfico daqui, principalmente depois da guerra, eles mandavam alguém para mandar aqui e agente respeitava o cara e os caras dele porque tinha de respeitar, mas não gostava nem era próximo, entende? Com a polícia é

assim os caras ‘tão’ aqui para fazer o que tem que fazer e agente não se mete, quando tem que falar com alguém, fala com o [disse o nome do subcomandante que nascera ali] porque tem intimidade, agente confia.

Essa informação foi confirmada meses depois em um diálogo em que nos foi explicado que o tráfico no Vidigal, não tinha um vínculo familiar, salvo alguns familiares de traficantes do Comando Vermelho que residiam no 314 “a região que mais resiste em tudo sempre”, segundo um dos policiais que conversava conosco. E que os citados estavam facilitando que membros envolvidos com atividades criminosas voltassem, já que não há mais uma facção dominante na região.

No tocante à relação entre a polícia e moradores a descreveria como um vulcão, aparentemente cordial e que beirava a frieza, mas guardava ressentimentos que poderiam entrar em erupção a qualquer momento. Como em episódios específicos, onde qualquer traço de civilidade foi deixado de lado por ambas as partes. No geral, os espaços quando divididos incorriam em discussões frívolas e sem aprofundamento. Com o tempo, devido a inibição de moradores e lideranças ante a autoridade policial, começamos a privilegiar o contato com a rede orgânica do Vidigal, fortalecendo-a e procurando oportunizar seu crescimento e desenvolvimento. O relacionamento com a UPP se deu a parte e bastante ligado a questões pontuais que quando emergiam, faziam com que os procurássemos e que as relações estabelecidas cessassem após o esgotamento do assunto.

Um episódio interessante e que demonstra o processo de resistências foi o Fórum de Segurança, organizado a partir de uma série de desenganos entre polícia e moradores quanto ao Registro de Ocorrências, que no Estado do Rio de Janeiro deve ser feito pela Polícia Civil e na Delegacia, e que os moradores não aceitavam, demandando que fosse feito na própria UPP.

Foram dois meses de uma articulação e organização que envolveu a Polícia Militar através do Comando da UPP, a Polícia Civil representada pelo Delegado Titular e o Instituto de Segurança Pública por intermédio da Delegada chefe dos Conselhos Comunitários de Segurança, além, obviamente dos moradores e da SEASDH, que através da equipe de Gestão Social articulou o fórum. A mediação foi um tanto complicada e o fórum marcado para um dia de semana durante a tarde, quando é quase impossível para a população participar.

No dia e hora combinados cerca de 60 pessoas participaram, assim como as autoridades policiais e um membro da SEASDH, a única ausência foi o Comandante

da UPP, que foi representado pelo subcomandante, o qual não estava a par do assunto. Foram abordadas questões relativas a divisão de tarefas entre as polícias, o registro de ocorrências, a Divisão Territorial (AISP), os Conselhos Comunitários de Segurança, o papel da Superintendência de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos.

Entretanto, as falas com um caráter regimental e regulamentar da lei, que não possui outra forma de se apresentar, suscitaram diversos questionamentos na população. E, durante o espaço aberto a questionamentos, era visível o desconforto no rosto das autoridades. A meu ver, não existiram perguntas ofensivas, mas sim questões correlacionadas ao cotidiano de uma favela.

Um exemplo foi a pergunta de um morador, residente na favela desde 2008, portanto anteriormente à pacificação: “Já que agora está tudo em paz, pacificado, porque precisa de tantas armas?” Após um silêncio sepulcral o Delegado resolve responder: “Vocês não deveriam se preocupar com isso, as armas agora estão na mão dos homens bons”. Burburinhos começam a ecoar quando uma voz ironizou “depende bons para quem”. Dois policiais civis adentram o salão, olho para eles e para o delegado, que despista e faz sinal para que eles saiam. Porém, rapidamente o próprio delegado e a Delegada que representava o ISP encerram o debate dizendo que já é tarde e por estarem em uma favela precisam ir.

Após a saída das autoridades e permanência da equipe de gestão, um debate profundo e certamente tenso toma corpo, temas como o auto de resistência, abordagens policiais truculentas, dificuldade de entendimento quanto a legislação e burocracia, Resolução 013, entre outros assuntos vem a baila e um movimento catártico se dá. O subcomandante assiste a tudo sem dizer uma palavra, o debate entre moradores é intenso, revela pontos de vista diferentes, mas muitas similaridades que ficam claras na fala de uma moradora:

A gente não quer que a UPP saia e muito menos prefere o tráfico, mas agente não quer uma polícia que aja como o poder paralelo. Não vieram aqui para dizer que essa polícia era diferente, que ela ia ficar perto dos moradores? Ela não tem que ficar perto só das crianças, ela tem que ficar junto com agente, ouvir agente e respeitar agente! É só isso que agente tem que querer, respeito das duas partes e só isso só

Após quase uma hora de debate a discussão se encerra e uma liderança diz: “Tem que ser como agente aqui no Vidigal sempre foi, se entender entre agente e se alguém de fora quiser nos ajudar vai ser bom, agente faz”.

Esse exemplo, dentre tantas outras situações, remete ao dito de Foucault (1994, p. 663) de que “a identidade obrigatória de cada um é efeito e instrumento do poder, e o que este mais teme é: a força e a violência dos grupos”. Isso pode ser representado pelo fato das autoridades policiais se terem se apressado a ir embora quando foi pronunciada uma fala que disparou no grupo afetos, queixas e indignações.

Entretanto é de destaque que uma situação não pode ser simplesmente analisada deve-se levar em conta que:

Essa oposição entre grupo e poder, entretanto, não é nada simples; pois nem toda luta levantada pelos grupos sociais é, efetivamente, luta de resistência ao poder. A oposição grupo versus poder somente pode ser compreendida após uma série de ressalvas levantadas na época por Foucault. Vamos enumerar, apenas de passagem, algumas: a primeira delas, talvez a mais importante, vem da constatação, decorrente de suas pesquisas históricas, de que muitas lutas supostamente contestadoras seriam, desde seu início, lutas visando à inclusão e/ou legitimação na ordem estabelecida: seria o caso das lutas pelo direito à habitação, saúde, higiene etc., que acabam consolidando as estruturas do poder e auxiliando no desenvolvimento de suas técnicas de individuação. (BRANCO, 2001, p.241)

E, minha condição de observadora *in situ*, não forneceu a possibilidade de uma análise histórica, por ser partícipe da situação e por esse processo ainda estar em curso. A possibilidade aqui é de fazer conexões entre o que é dado na literatura e o que aconteceu *in loco*.

3.3 Dois episódios emblemáticos: a subjetivação da pacificação pela resistência?

Ao conversar com os moradores participantes do Fórum Intersetorial do Vidigal¹¹ (FIV) sobre a escrita dessa monografia perguntei o que para eles era

¹¹ “Criado nos anos 1990, o fórum tem como objetivo ser um espaço de discussão e debate sobre a comunidade do Vidigal. Moradores, representantes de instituições e voluntários se reúnem mensalmente para as discussões. Para melhor organizar as demandas da comunidade, foram criadas as comissões temáticas: comissão de educação; comissão de direitos humanos, proteção animal e saúde; e comissão de comunicação. Em breve, teremos uma comissão de transporte.” (Fonte:

significativo em todo esse período de pacificação e os mesmos apontaram duas situações em que se posicionaram diante da UPP: o episódio do moto taxi e da quadra. Os quais são percorridos nesse item.

No entanto, é importante ressaltar algumas questões teóricas antes de abordar os referidos acontecimentos. Em primeiro lugar, o conceito de subjetivação utilizado aqui é o de Foucault (2004) que defende que esse processo se liga às formas que os sujeitos se fazem existir e que esses sofrem as mais variadas modificações. Para ele, ao final do século XX resistir se torna uma ação política que atravessa a subjetivação, assim como para os gregos esse conceito não estava atrelado à política ou religião.

[...]conforme ressaltado por Foucault, estamos organizados neste tempo histórico por um Estado que se vale dos mais diferentes dispositivos de controle para manter-se em seu formato já instituído, contando para isso com toda uma rede de poder-saber organizadora, cabe dizer que é dentro dessa organização que as resistências se ensaiam. (MANSANO, 2009, p.116)

Assim, a subjetivação e a resistência são entendidas nesse trabalho como dois conceitos interligados e interdependentes, pois onde as resistências emergem abre-se espaço para a subjetivação, a qual passa por fazer frente a dispositivos de controles instituídos.

Outro ponto que necessita ser retomado é que as memórias aqui trazidas são tratadas coletivas e não historicamente, como proposto por Halbwachs (2006). Isto é, as memórias coletivas são advindas de um pensamento contínuo e não um dado, previamente organizado, guardando em si um caráter vivo e que tem os limites do grupo formado, no caso a rede que passei a fazer parte no Vidigal e onde cada grupo possui uma história e faria essa memória de outra forma.

Feitas essas considerações, é possível passar para os episódios indicados pelos moradores e lideranças como emblemáticos e tecer considerações à luz do que foi conceitualmente proposto.

3.3.1 “Quem manda [...] sou eu”: o episódio do moto taxi.

Era um início de semana regular, onde a primeira atividade planejada era a finalização do relatório mensal para sua entrega no prazo, quando o telefone institucional toca. Em uma chamada a cobrar, um jovem pergunta: “Você vem ‘pro’ morro hoje?”, respondo que em princípio não e ele diz ofegante: “O capitão vai tomar o moto taxi”. Minha resposta é imediata, “alguma coisa está errada, isso não pode ser assim, ele não vai fazer isso, ele não pode, me explica o que está acontecendo direito”.

O jovem diz que foi procurado pela presidência da Associação de Moto taxistas dizendo que a referida associação, montada logo após a instalação da UPP, seria desmanchada. Após essa explicação digo para que ele fique calmo que vou averiguar o que está acontecendo. Ligo para o comandante, vou direto ao assunto e ele diz claramente que há indícios de ligação entre a referida associação e o tráfico após um episódio de tentativa de suborno noticiado pela mídia¹² e me comunica que haveria uma reunião com os moto taxistas no mesmo dia. Após essa chamada, recebo mais duas ligações com versões semelhantes a do jovem, me dirijo para o Vidigal.

Chego no horário da reunião, mais de cem moto taxistas participam, além de algumas lideranças comunitárias. As colocações são diretas e um tanto ríspidas. Em dado momento alguém questiona uma das determinações e a resposta é “Quem manda [...] sou eu”. Uma liderança, que nada tem a ver com a questão dos moto taxistas se revolta e explode dizendo que a polícia não pode falar dessa forma com as pessoas, pois a escravidão já acabou e “ninguém é dono de ninguém”. Há uma ameaça de prisão por desacato que é dissuadida pela contensão por uma série de moradores e depois por mim. A multidão se dissipa e as ruas ficam extremamente vazias, como eu nunca tinha presenciado.

Na semana seguinte me reúno com o comando da unidade para discutirmos o ocorrido, o mesmo mostra fotos e vídeos com falas suas e minimiza o ocorrido, classificando como um incidente. Nas redes o assunto se prolifera e se expande para outros órgãos governamentais. Fica comprovada a ligação da associação com o tráfico e os moto taxistas, passam a ser cadastrados e fiscalizados pela UPP.

¹² Disponível na página do Jornal O Dia: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/policiais-da-upp-vidigal-recusam-propina-e-prendem-criminosos-1.470520>. Acessado em 21 abr 2013

A questão aqui não é discutir a ação da polícia ou o suposto envolvimento da associação de moto taxistas com o tráfico, mas demonstrar como ante a um dispositivo de controle, as resistências que até então eram totalmente veladas, tornam-se veementes e se abre a possibilidade de produzir uma nova forma de subjetivação através da organização social, o fortalecimento dos movimentos de base comunitária e o uso de redes sociais para controle dos órgãos que impõem as amarras institucionais.

Em uma brecha como essa, nasce uma fenda onde os moradores passam a entender o que deveria ter ficado claro há muito no Fórum de Segurança, por exemplo, mas que à época, não houve sucesso: a segurança, enquanto uma política pública, também é passível de controle social e aí está o que permite não sucumbir à alienação da vida cotidiana, resistir e encontrar novas formas de subjetivação. E foi isso que os moradores fizeram ao se unirem e solicitarem que outros órgãos dessem ouvidos não às atitudes da polícia, mas a forma como essas estavam sendo tomadas.

3.3.2 Um tapa, uma prisão e uma mobilização: o episódio da quadra

O incidente mais recente envolvendo as tensões entre polícia população e vice-versa ocorreu em torno da quadra do alto na região conhecida como Sobradinho ou Arvrão. Nesse, uma jornalista, moradora da favela, foi agredida e agrediu, conforme as reportagens, um policial enquanto um grupo de moradores protestava contra a derrubada de uma quadra poliesportiva para construção de uma base para a UPP.

Os moradores relataram que uma retroescavadeira da prefeitura subiu para derrubar a quadra, notícia que já havia circulado pela comunidade e era dada como oficial pelo comando da UPP e boato pela Associação de Moradores. O fato foi que durante o protesto um policial foi flagrado dando um tapa no rosto da jornalista e quebrando o telefone celular com o qual a referida filmava o que acontecia.¹³

¹³ O referido episódio foi amplamente noticiado pelos meios de comunicação, conforme os links a seguir, acessados em 21 Abr 2013:

O que se seguiu ao episódio foi, assim como no narrado anteriormente, uma forma de subjetivar e ressignificar todas as tensões não resolvidas e a ausência de construção de uma relação de confiança através das resistências. Para concretizar tal fato, o movimento de mobilização social se utilizou de um dos mais potentes meios de controle vigentes – a mídia – para tornar pública uma conduta que constitui uma realidade narrada por muitos moradores de territórios pacificados e que, por incrível que se possa parecer, não era veiculada como comum no Vidigal.

Mais uma vez deixa claro que o que quero analisar, assim como propõe Foucault (1994, p.693):

é a lógica imanente à prática, são as estratégias que sustentam a lógica dessas práticas e, por conseguinte, a maneira pela qual os indivíduos, livremente, em suas lutas, em seus afrontamentos, em seus projetos, constituem-se como sujeitos de suas práticas ou recusam, pelo contrário, as práticas que se lhes são propostas.

A luta de resistências, rapidamente exemplificada pelos episódios narrados, fazem o embrião de uma “nova” economia das relações de poder, evitando a formação de um estado de terror, como aponta Foucault em Ditos e

Rede Record: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/moradores-da-favela-do-vidigal-protestam-contra-derrubada-de-quadra-da-comunidade-20121213.html>;

Jornal O Dia: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/vidigal-defende-sua-%C3%BAnica-%C3%A1rea-de-lazer-e-quer-di%C3%A1logo-com-upp-1.526474>;

<http://odia.ig.com.br/portal/rio/depois-de-confus%C3%A3o-pm-vai-discutir-com-moradores-do-vidigal-uso-de-quadra-1.526289>;

UOL Notícias: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/12/13/jornalista-e-detida-por-pms-de-upp-durante-protesto-em-favela-da-zona-sul-do-rio.htm>;

Rede Record: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/video-mostra-momento-em-que-policial-de-upp-agrede-manifestante-na-favela-do-vidigal-20121214.html>;

Jornal O Dia: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/manifesta%C3%A7%C3%A3o-de-moradores-no-vidigal-termina-com-moradora-e-policial-autuados-1.525754>;

G1: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/12/imagens-mostram-pm-agredindo-moradora-em-favela-do-rio.html>;

R7: <http://videos.r7.com/jornalista-acusa-policial-da-upp-do-vidigal-rj-de-agressao/idmedia/50ca5dbbe4b079760387bcf5.html>; <http://cspconlutas.org.br/2012/12/upp-reprime-manifestacao-contra-demolicao-de-quadra-no-vidigal-rj/>

Jornalistas. Org: <http://jornalistas.org.br/index.php/jornalista-e-agredida-por-pms-no-vidigal/>;

Meia Hora: http://www.meiahora.ig.com.br/noticias/vidigal-policial-ja-foi-afastado_6751.html;

Associação Brasileira de Jornalismo: http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=2299.

Escritos, que impossibilitaria a própria resistência. Essa luta mostrada aqui, protege contra a indução à “servidão voluntária” e cria-se, com isso, uma “relação agonística” (FOUCAULT, 1994, p. 238), que leva a “nos recusarmos a ser o que somos” (Ibidem, p.232).

Desta forma, as resistências e tensões relativas a um paradigma, como apontado no capítulo 1, de militarização da pobreza e da criação de uma dialética entre ricos e pobre, ou mesmo entre pobres na região de ricos e pobres em lugares destinados à pobreza, fez com que se constituísse no Vidigal uma subjetivação um processo de subjetivação próprio. Sendo que esse suporta aquilo que o livra de um controle perverso, mas o protege do controle vigente e legal, quando esse ameaça se tornar tirano e ilegítimo.

4 EM TEMPOS DE PACIFICAÇÃO, “POR QUE A GUERRA?”

O texto de Freud (1933, 1996) em resposta a carta de Einstein defende que “a lei é a força de uma comunidade” e a violência está “pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha” (p.199), fazendo com que prevaleça não a violência de uma indivíduo, mas sim de uma comunidade. O que no caso estudado é aplicável aos atos de moradores e policiais. É de destaque que a principal hipótese formulada no texto é de que:

A comunidade deve manter-se permanentemente, deve organizar-se, deve estabelecer regulamentos para antecipar-se ao risco de rebelião e deve intuir autoridades para fazer com que esses regulamentos – as leis – sejam respeitadas e, para superintender a execução dos atos legais de violência. O reconhecimento de uma entidade de interesses como estes levou ao surgimento de vínculos emocionais entre os membros de um grupo de pessoas unidas – sentimentos comuns, que são a verdadeira fonte de sua força. (FREUD, 1933[1996], p. 199)

Entretanto, “a violência [só é] suplantada pela transferência do poder a uma unidade maior, que se mantém unida por laços emocionais entre seus membros” (Ibid). Na situação narrada, tanto no que se refere ao contexto do Rio de Janeiro, como do Vidigal não é possível observar a construção de laços que produzam reconhecimento de interesses e muito menos vínculos que poderiam acarretar em pessoas unidas em prol de um ideal.

Há, na verdade, uma política pública que é implantada em determinadas regiões com vistas a atender uma série de interesses de uma minoria que não representa os moradores de favelas ou o que é colocado por eles como prioritário. Desta forma, não se pode suplantir qualquer violência, seja ela orgânica, produzida por um quadro social da memória, um processo de resistência, ou mesmo de uma antiga situação vigente, ao passo que a UPP não se dispõe a criar vínculos e construir com os moradores um pacto pela paz.

Esse fato corrobora com o dito de que “as leis são feitas por e para o membros governantes e deixam pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em um estado de sujeição” (FREUD, 1933[1996], p. 200). No âmbito da observação *in situ* há exatamente dois fatores em atividades: os detentores do poder que tendem a escapar do domínio da lei pelo domínio da violência e os membros oprimidos, os quais empreendem esforços na tentativa de deter o poder e ver na

própria legislação a passagem da justiça desigual para a igualitária. Entretanto, na falta de um ténue equilíbrio, ou seja, quando a classe dominante não cede a uma mínima distribuição de poder e se furta a admitir qualquer mudança, pode haver, mesmo que temporariamente, a suspensão da lei. Tais teorizações ficam bastante explícitas tanto nas situações narradas na primeira seção, como na segunda, principalmente, no cume do embate entre duas forças que não conseguem dialogar e até certo ponto não querem coexistir.

Também é importante ressaltar que Freud (1933, 1996) cita a Teoria das Pulsões no texto citado no intuito de explicar de onde surge a agressividade humana que impulsiona a quebra entre o frágil equilíbrio da constituição do Estado e irrompe em guerras. Para ele a pulsão de morte¹⁴ é a que está intimamente conectada ao desejo de agressão e destruição. Elucida que “a satisfação dessas pulsões destrutivas naturalmente é facilitada por sua mistura a outros motivos de natureza idealista” (p.204).

No texto dirigido a Einstein, o criador da Psicanálise reitera que:

A guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi inculcada pelo processo de civilização e, por esse motivo não podemos evitar de nos rebelar contra ela; simplesmente não podemos mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional; nós, os pacifistas, temos uma intolerância *inconstitucional* à guerra, digamos, uma idiossincrasia exacerbada no mais alto grau. Realmente, parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenham um papel dificilmente menor em nossa revolta do que suas crueldades. (FREUD, 1933[1996], p. 207-08).

E é com essa citação que pode-se introduzir a ideia de que o que foi brevemente narrado nessa monografia conduz para a guerra não em um sentido deflagrado, mas uma guerra silenciosa que traz em seu bojo uma violência simbólica como proposta pela categoria analítica de Bourdieu nos livros “A dominação masculina” e “O poder simbólico”.

A partir da obra de Bourdieu (2009) pode-se depreender que a violência está conectada a formas de dominação, havendo duas maneiras de manutenção do domínio: a violência aberta, que pode ser exemplificada pela violência física, e a

¹⁴ “A pulsão de morte torna-se o instinto destrutivo quando, com o auxílio de órgãos especiais, é dirigido para fora, para objetos. O organismo preserva sua própria vida, por assim dizer, destruindo a vida alheia. Uma parte do instinto de morte, contudo, continua atuante dentro do organismo, e temos procurado atribuir numerosos fenômenos normais e patológicos a essa internalização da pulsão de destruição” (FREUD, 1933[1996], p. 204).

violência simbólica, a qual pode ser entendida como eufimizada, branda e invisível, conforme explicado pelo Professor Romeu Gomes. E é essa última categoria que será explorada nesse trabalho.

Ainda de acordo com a obra supracitada, em todas as instituições e relações sociais, coexistem a violência aberta, física ou econômica e as mais refinadas violências simbólicas que se encontram no *habitus* entre a realidade exterior e as realidades individuais (BOUDIEU, 1983). Assim, pode haver como resultado a fidelidade, a dívida, o reconhecimento, a piedade ou a busca de “honrar a moral da honra”.

Em “A Dominação Masculina”, de 1999, fica claro que a violência simbólica se apresenta como insensível ou invisível para as próprias vítimas. No entanto, essa, de maneira alguma, anula a violência real. No caso estudado, a violência simbólica de uma política pública que tende a tratar um problema social a partir de uma política de segurança pública, não inviabiliza episódios de violência real de moradores contra policiais e vice versa. E, nesse contexto, ela se faz (in)eficaz porque se inscreve de uma forma duradoura expressa por predisposições, que é o caso da perda de controle territorial de favelas para facções criminosas que se perpetuou por longos anos e teve uma “conivência” do próprio Estado, sendo simbolicamente violento na medida em que não cumpriu seu dever de dar garantias e resguardar a população.

Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes e com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominantes a adotar sobre os dominados e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes (BOURDIEU, 1999, p.54)

O Estado do Rio de Janeiro, no que concerne ao contexto da miséria nas favelas, sobretudo, exerce uma relação de dominação que só funciona através da cumplicidade particularmente estruturada “de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres [como qualquer minoria, incluindo os pobres] são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima” (BORDIEU, 1999, p. 55)

Vale aqui citar a ideia contida em “O Poder Simbólico” onde Bourdieu (2012) revela que as relações de comunicação são sempre de poder e dependem do poder

material ou acumulado pelos agentes ou pelas instituições, que no caso desse trabalho são representadas pelo Estado do Rio de Janeiro e a política da Secretaria de Segurança Pública.

Com isso, é possível indagar que as Unidades de Polícia Pacificadora, enquanto novo paradigma de segurança pública, que atendem majoritariamente bolsões de pobreza, são sistemas simbólicos que exercem a função política configurando-se como instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação do Estado sobre as populações pobres, exercendo a violência simbólica. Tal fato pode ser exemplificado pela coerção dos moradores que se institui a partir da adesão dos moradores (dominado) à força policial (dominante) sem que haja consulta sobre a necessidade ou desejo dos primeiros para existência / permanência dos demais, criando-se uma perversa lógica de colaboração.

As relações de comunicação são, para o autor, relações de poder determinadas pelo poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nas relações. Os “sistemas simbólicos” atuam como instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento e asseguram a dominação de uma classe sobre outra a partir de instrumentos de imposição da legitimação, sujeitando os dominados. Fato que contém a violência simbólica.

Com isso,

O do poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (p. 15)

No âmbito do estudo do paradigma da pacificação enquanto política de segurança pública aplicada, na maioria das vezes à bolsões de miséria e da posição do Estado de militarizar políticas que deveriam ser sociais, a teoria de Bourdieu pode ser utilizada como ferramenta para entendimento do simbolismo desse processo na cidade do Rio de Janeiro através da (re)produção da ordem social de segregação das populações menos favorecidas (a partir da leitura de que as classes

dominadas precisam ser contidas, vigiadas e até punidas, se levarmos em conta a “necessidade” de um mini batalhão em cada favela “pacificada”).

Outro ponto de inter-relação entre a teoria e a proposta de monografia é que a comunicação é um importante vetor de relação de poder, ao passo que, entrevistas e o próprio trabalho de campo mostraram que a pacificação noticiada por jornais e revistas não é a mesma percebida e narrada por moradores. O que demonstra, certa ruptura no processo de subjetivação.

Um breve clipping, ainda em processo de análise, que abarca notícias on-line publicadas em jornais que tratam sobre ou fazem referencia à comunidade do Vidigal entre os anos de 2006 e 2012 mostrou o processo de pacificação tem integrado a comunidade de forma crescente na mídia. Esta integração ascendente e progressiva não é só numérica, mas também pode ser observada uma mudança na forma de falar ou se referir às favelas com vistas a tentar atribuir uma mudança de significado no que tange ao referenciamento destes locais. Cada vez se utiliza menos a palavra favela, e o vocábulo comunidade começa a se destacar exaltando aspectos culturais, econômicos ou sociais, em geral temas que vão além do tráfico e a violência, o que leva ao questionamento: será que esses lugares não possuíam as referidas atividades anteriormente? Ou então, será que não havia essência comunitária nas favelas antes da pacificação?

Desta forma, a comunicação é capaz de assegurar a dominação criando uma representação simbólica de cidade que não retrata a realidade vivida pela classe dominada, mas que se presta a atender o interesse das classes dominantes em um exercício perverso que inibe outras formas de simbolismo, o que caracteriza de acordo com o entendimento produzido através da aula sobre Bourdieu, a violência simbólica.

Outro ponto de análise interessante é o quão passamos a naturalizar a forma com as políticas para as favelas são conduzidas, primeiro as políticas de remoção e (pseudo)urbanização, seguida das invasões constantes que geravam conflitos e violência aberta, com morte de inocentes, inclusive. E, finalmente, culminando nas UPPs, que levam mini batalhões à territórios específicos e que não são os que possuem prevalência de violência absoluta. Assim, é possível evocar Bourdieu (1999, p.47)

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto à dominação) quando ele não dispõe, para pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado / baixo, masculino / feminino, branco / negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto.

Tem-se, com isso, que a forma simbólica com as quais convivemos, permitimos intervenções e / ou intervimos nas favelas – lugares da pobreza característicos, sobretudo, do Rio de Janeiro – é uma forma de poder sobre os corpos (sociais, inclusive). O que acarreta no fato de que sem coesão física, necessariamente, encontre-se disponibilidade para uma transformação que não atende ao que a população residente destes lugares precisa e sob a promessa de paz, de maneira invisível e insidiosa, permeada por estruturas de dominação se exerça uma violência eufemizada, invisível, simbólica, permeada por um *habitus* dominado, uma relação social somatizada.

Os efeitos e as condições da eficácia desse paradigma estão inscritas nas relações sociais que permeiam o dia-a-dia do Estado / População onde se cria um “sentimento de dever” que propicia suas condições de produção e enlaçam uma ideologia que esconde a dominação e a contenção daqueles que são colocados como potencialmente violentos, mas não possuem *a priori* o *habitus* de violência dos quais são diariamente acusados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do trabalho de conclusão de curso permitiu-me para além das busca de conhecimentos sobre um assunto de interesse, refletir sobre minha prática profissional e questionar ao que, para que e porquê eu me encontrava trabalhando. O processo de escrita lançou luz a uma profunda reflexão sobre o conglomerado de interesses em que algumas favelas estão envolvidas por sua localização e potencial poder de transformação em algo que não traduz sua essência.

Mais que uma monografia esse processo permitiu a subversão de conceitos e valores e o reencontro com antigas teorias como a Psicanálise, que em sua simplicidade na década de 1930 já enunciava que as políticas públicas não necessariamente atendem às necessidades do público e sim a interesses majoritários.

Voltando ao tema, foi possível explanar qual ideal de cidade permeia o paradigma das UPPs e a inexistência de uma política de proteção social para bolsões de pobreza, cujos maiores e mais miseráveis foram se quer atendidos pelas novas unidades de polícia e muito menos por uma política de segurança adequada. Além disto, a participação popular revelou-se um item ignorado pelos preceptores da política vigente. Conforme explicitado na terceira seção, esse fato dificulta a cooperação visando algum bem-estar comum à medida em que cabe aos dominados políticas de contenção, e sem tal cooperação, a guerra – mesmo que simbólica – se trava em processos de resistência nas entrelinhas de uma microfísica que se quer é conhecida.

Cria-se, com isso, um triste quadro social da memória, contendo uma pseudo intenção que se reflete uma maquiagem perversa com a militarização da pobreza de acordo com conceito travado por Silva, Leite e Fridman (2006), que teima em torturar aqueles que a sociedade não quer.

Destaco que essa pesquisa, como qualquer outra, possui impedimentos, dilemas e limitações. No entanto, posso externar a certeza de continuidade de investigação desse tema através de meu processo de doutoramento na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997

ASSIS, A. M. O. et al . Desigualdade, pobreza e condições de saúde e nutrição na infância no Nordeste brasileiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, Oct. 2007 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001000009&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 21 ago. 2012.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009

BRANCO, G. C. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 24, n. 1, 2001 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732001000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 22 mai. 2013.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do sujeito** – Curso do Collège de France, 1981 – 1982 (S. T. Muchail, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2004

FOUCAULT, M. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994. 4v.
FREUD, Sigmund (1933). **Por que a Guerra?** 22 ed. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. I, p. 333 – 468).

Guia do Censo 2010 para jornalistas. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/guia_do_censo_2010_glossario.php>. Acesso: 24 ago. 2012

HALBWACHS, M. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris: Albin Michel, 2006.

HENRIQUES, R. & RAMOS, S. UPP Social: Ações sociais para consolidar a pacificação. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf> . Acesso: 22 mai. 2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados do Censo de 2012. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/guia_do_censo_2010_glossario.php>. Acesso: 22 mai. 2013

MANSANO, S. R.V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8(2). 2009

Prefeitura do Rio de Janeiro. Lei Complementar n.º 111 de 1º de fevereiro de 2011.

Prefeitura do Rio de Janeiro. Plano Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Subsecretaria de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, Superintendência de Gestão Local em Territórios. Programa de Gestão Social Local Territórios da Paz (MIMEO)

RODRIGUES, José Augusto de Souza. Metáforas da desordem. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, ano 23, n. 66, 1995.

ROMÃO, M. C. **Pobreza**: Conceito e Mensuração. Rio de Janeiro: IPEA, fev.1993.

SILVA, L.A.M da. Afinal, qual é a das UPPS. **Observatório de Metrôpoles**. Mar. 2010. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf. Acesso: 22 mai. 2013

SILVA, L. A. M. da; LEITE, M. P.; FRIDMAN, L. C. Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_matar_morrer_civilizar_luiz_silva.pdf>. Acesso: 24 ago. 2012

VALLADARES, L. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.